



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

O desafio da intersectorialidade

Sistematização de discussões do encontro Educação e Participação Social – Conquistas e Desafios, realizado pelo Instituto C&A, de 8 a 10 de novembro de 2011, em Atibaia (SP). O evento comemorou os 20 anos da organização.

Tríade responsável pelo grupo de reflexão¹

• Especialista

Domingos Armani, sociólogo e mestre em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é consultor independente especializado em desenvolvimento social e institucional. Entre outras frentes, atua como consultor do Portal Mobilizar da Aliança Interage, da Articulação D3 – Diálogo, Direitos e Democracia e do programa Desenvolvimento Institucional do Instituto C&A.

• Facilitador

Judi Cavalcante é jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em comunicação estratégica pela Universidade de São Paulo (USP), tendo atuado como consultor sênior em comunicação para a sustentabilidade e para o terceiro setor em diversas organizações, com destaque para a Report Comunicação para a Sustentabilidade. Foi gerente de comunicação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e coordenou a assessoria de comunicação institucional da PUC-SP e de alguns órgãos públicos.

• Jornalista

Carolina Ribeiro é graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde iniciou sua atuação como ativista pelo direito à comunicação. Associada ao Inter-vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, já trabalhou na Rede Andi Brasil, Agência Nacional de Cinema (Ancine) e Observatório do Direito à Comunicação, entre outras instituições.

(1) As atividades de cada um dos cinco grupos de reflexão do encontro Educação e Participação Social – Conquistas e Desafios foram acompanhadas por uma tríade formada por um especialista, um facilitador e um jornalista. O especialista no tema em discussão tinha a responsabilidade de zelar pela consistência da reflexão; o facilitador deveria acompanhar a evolução do trabalho do grupo no tempo estipulado; e o jornalista era o responsável pelo registro e pela sistematização das reflexões.

Introdução

Cântico indígena, uma constelação e uma poesia? Recorrer a elementos como esses quando se fala sobre intersectorialidade não é o que tradicionalmente se espera de um debate, mas o percurso do grupo que se debruçou sobre o tema “O desafio da intersectorialidade” avançou nesta direção e cumpriu a pauta de promover reflexões e estabelecer consensos, considerando também diferenças e partilhas.

Ao longo das primeiras horas de debate e, em especial, ao fim do primeiro dia de trabalho, provocações sobre os benefícios que as parcerias entre setor público, organizações sociais e empresas podem ter transformaram-se em uma rica discussão sobre o conceito de intersectorialidade, suas práticas, a autonomia das organizações, os desafios de superação das desigualdades sociais, a necessidade do diálogo, a sustentabilidade, o respeito à identidade e a construção de um novo futuro.

Este texto busca apresentar os principais aspectos tratados no debate, evidenciando não só a produção de conhecimento vivenciada pelos presentes, mas a progressiva transformação do espírito do grupo, proporcionada pelo encontro das diferenças.





ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Metodologia

O grupo de reflexão foi formado pelo Instituto C&A a partir da afinidade de cada participante com o tema, levando em conta sua trajetória e área de conhecimento. A dinâmica proposta para os trabalhos foi a seguinte: no primeiro dia de atividades – 9 de novembro de 2011 –, os participantes recuaram 20 anos para avaliar os caminhos percorridos, os avanços e os retrocessos contabilizados, até chegar em 2011. Os participantes tiveram como ponto de partida uma apresentação feita pela especialista Neide Maria Nogueira, que a seguir formulou algumas perguntas disparadoras do debate.

A metodologia propunha que os participantes respondessem a essas perguntas individualmente, para então, organizados em subgrupos, discutirem as respostas e decidirem como se posicionariam em relação a cada uma delas. Depois disso, os participantes tornaram a se organizar em novos subgrupos – compostos por pessoas diferentes dos primeiros –, para sistematizar coletivamente, cada um deles, uma resposta que contemplasse todas as contribuições da sala, registrando inclusive os consensos e dissensos oriundos dessas reflexões. Novamente no grupo grande, após a leitura das respostas de cada uma das perguntas, foi aberta oportunidade para o debate.

No segundo dia de trabalho – 10 de novembro de 2011 –, a intenção do Instituto C&A era criar condições para que o grupo de reflexão pudesse esboçar um conjunto de propostas ou uma pauta de prioridades para os próximos dez anos.

O presente relato registra de forma organizada as discussões do grupo de reflexão, buscando retratar, da maneira mais fidedigna possível, quais os caminhos percorridos a partir da provocação do Instituto C&A. O texto também esmiúça as adaptações na metodologia de trabalho do grupo, adotadas para melhor ajustar a proposta às necessidades de seus participantes.

As posições expressas neste texto advêm de apontamentos realizados pelos participantes do grupo de reflexão e não expressam necessariamente a visão do Instituto C&A.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Teoria e prática da intersectorialidade

Domingos Armani, consultor convidado pelo Instituto C&A para lançar as primeiras reflexões sobre o desafio da intersectorialidade, apresentou-se ao grupo não como um especialista da área, mas como alguém que tem vivido o tema na prática. Armani citou que a intersectorialidade passou a ser debatida com mais intensidade no Brasil há apenas dez ou 12 anos, emergindo de circunstâncias históricas e da compreensão de que os problemas centrais não são resolvidos só pelo Estado, nem só pelas empresas, nem pela sociedade de forma isolada.

O especialista compreende a intersectorialidade como a intersecção dos três setores. Ele definiu o conceito como a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, com saberes, poderes, culturas organizacionais e propósitos distintos, para enfrentar problemas complexos, sem que se estabeleça qualquer relação de subordinação ou dependência. É a junção de atores que acreditam ter algo a fazer juntos, já que os problemas se tornaram mais complexos e a cooperação mútua pode ajudar a ampliar a capacidade de enfrentá-los. “A intersecção não deve ser vista como dependência ou subordinação – pelo contrário, deve respeitar a autonomia e os âmbitos nos quais as organizações não se misturam”, afirmou.

“A intersecção não deve ser vista como dependência ou subordinação – pelo contrário, deve respeitar a autonomia e os âmbitos nos quais as organizações não se misturam.”

Armani apresentou a figura matemática de conjuntos para ilustrar o conceito de intersecção, que nada mais é do que o encontro de todos os elementos que pertencem simultaneamente a dois ou mais conjuntos. A intersectorialidade junta “animais de todos os tipos, por livre adesão, que acham que têm algo a fazer juntos. São propósitos compartilhados em algum grau e a ampliação da capacidade de enfrentar problemas complexos. A intersectorialidade tem a ver com a complexidade dos problemas que enfrentamos”, ressaltou.

A complementaridade entre os setores foi destacada como importante para atingir objetivos comuns, assim como a inovação gerada desse processo de diálogo. Fundamental também é ter a autonomia necessária para não perder a referência das instituições.

Alinhado com o que é contemporâneo, Armani destacou a existência de novas formas de organização, de redes informais e institucionalizadas e de mudanças nos três setores, que afetam a perspectiva de um Estado onipotente que regulava e executava toda política social. Ao mesmo tempo, continuou, discute-se um novo marco regulatório para orientar a transferência de recursos do Estado, de modo que organizações possam apoiar a execução de políticas públicas. Ainda na avaliação do especialista, há uma problematização e também uma superação da visão classista como eixo exclusivo das lutas pela mudança social.

Armani apontou alguns tópicos importantes relacionados à intersectorialidade, conforme descrito abaixo.

Intersectorialidade para quê

- Busca de eficiência e eficácia nas ações sociais;
- Realização de iniciativas conjuntas;
- Aprendizado coletivo;
- Mobilização de recursos;
- Maximização de impactos sociais;
- Sustentabilidade de ações sociais;
- Fortalecimento das organizações e o favorecimento de novos tipos de sujeitos coletivos.

Como construir?

- Interesses comuns;
- Confiança (transparência);
- Comunicação;
- Planejamento e avaliação conjuntos;
- Impacto social.
- Definição clara de papéis;
- Diálogo, negociação;
- Aprendizagem mútua;
- Institucionalização.

Dificuldades

- Envolve preconceitos;
- Diferença de compreensão dos problemas;
- Assimetria nas relações de poder,
- Culturas organizacionais distintas (termos diferentes);
- Desrespeito à natureza distinta de cada ator;
- Indefinição de papéis e acordos.





ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Retrospectiva – perguntas e respostas

Após a exposição de Armani, o facilitador Judi Cavalcante apresentou a metodologia de trabalho e as perguntas provocadoras das reflexões:

1. Como a perspectiva da intersetorialidade tem contribuído para a incidência em políticas públicas e a conquista de direitos?
2. Em que medida a perspectiva da intersetorialidade tem contribuído para a mudança de paradigmas de ação social?
3. Em que espaços e questões sociais a cooperação intersetorial tem feito mais diferença?
4. Até que ponto a experiência da intersetorialidade tem significado mudanças no interior das instituições que a vivenciam?
5. Quais têm sido os aprendizados e lições mais importantes da vivência de relações de cooperação interinstitucional?

PERGUNTA 1

Como a perspectiva da intersetorialidade tem contribuído para a incidência em políticas públicas e a conquista de direitos?

RESPOSTA

Houve um conjunto de opiniões que relacionou a existência de articulação entre os setores empresarial, do governo e das organizações sociais com a reconceituação dos papéis do “público” e “privado” influenciando nos marcos legais e na criação de espaços democráticos, como conselhos; a formulação de políticas públicas mais abrangentes, que de fato correspondem às demandas efetivas da sociedade; e a uma compreensão mais profunda dos problemas sociais.

Houve, também, um questionamento sobre a real incidência da intersetorialidade, avaliando que ainda falta profissionalização das organizações sociais para realizar a interação entre os atores da sociedade (empresas, governos, academia e organizações).

Também foi colocado que a perspectiva da intersetorialidade pode empobrecer o debate sobre problemas sociais, pois não explicita os interesses existentes na disputa da produção social.



ENCONTRO

Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

De acordo com os participantes, a primeira pergunta acabou por induzir a resposta, ao colocar como fato a contribuição da intersetorialidade, questão que ainda não apresenta solidez suficiente para que dela se tirem lições. O grupo questionou a real incidência da intersetorialidade e da relação entre governo, empresas e sociedade civil.

Domingos Armani alertou que o processo de construção destas relações se dá em uma democracia capitalista, com cada um dos setores combinando o possível interesse público com interesses privados em questões específicas. O Estado, por exemplo, quer se livrar de algumas responsabilidades para diminuir custos. Já o setor privado, ao ser desafiado pela competitividade e sustentabilidade, tem que buscar a responsabilidade social. Organizações sociais, por sua vez, precisam de recursos.

A provocação ampliou o escopo do debate inicial e fez com que os grupos, em plenária, passassem a refletir sobre princípios e desafios, que vão desde a compreensão do enfrentamento dos problemas sociais até as questões que perpassam a relação entre Estado, sociedade civil e mercado.

Outra questão ressaltada foi o papel que cada setor deve cumprir na sociedade. Para uma parte dos participantes, o Estado não cumpre seu papel na garantia dos direitos, conforme estabelecido pela Constituição federal, entre os quais educação de qualidade para todos. Com isso, algumas organizações sociais acabam assumindo um papel que deveria ser do Estado, quando deveriam se ocupar do controle social, do acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Outros grupos apontaram que o Estado sozinho não é mesmo capaz de lidar com todos os problemas e que é preciso haver participação da sociedade como um todo na formulação e execução das políticas públicas.

Em qualquer caso, destacou-se que, para uma atuação positiva, é importante que as organizações sociais façam uma leitura de cenário, entendam-se, encontrem-se, resguarde sua identidade e sua autonomia e imponham equilíbrio para as trocas, já que são muito assimétricas as relações de poder. É preciso garantir o respeito às trajetórias e conhecimentos institucionais e evitar o autoritarismo de qualquer setor. Assim, os pactos estabelecidos devem respeitar as escolhas e trajetórias de cada parte e permitir que as organizações sociais continuem em outras frentes, mantendo-se fiéis a seus princípios e sendo o mais transparente possível, de forma a contribuir inclusive para o combate à corrupção.

Um assunto que gerou intenso debate no grupo foram o surgimento e a formação de novos líderes. Um dos participantes questionou esta necessidade. Comparou a figura de uma engrenagem com a de uma constelação e afirmou que o momento agora não é de formação de lideranças. Apontando para a imagem da constelação, afirmou que, se um elo se desfizer, a beleza acaba. E assinalou que as relações desequilibradas sempre existiram, desde a divisão do trabalho, ao mesmo tempo que aposta na horizontalidade e na educação libertária, que é o sonho de todos. A internet foi um dos instrumentos colocados como fundamentais para o encontro com esse sonho.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Outros participantes relativizaram esta fala, lembrando que mesmo a horizontalidade da internet contou com lideranças, como, por exemplo, o que ocorreu na Primavera Árabe. A questão é que se trata de um tipo de liderança não tradicional, que ninguém sabe de onde vem nem para onde vai.

Ainda que não se saiba o nome, ainda que se alternem de forma múltipla, há mais líderes agora do que antes, defendeu uma parte do grupo. O importante é evitar a oposição entre novo e o antigo e aceitar o desafio de relacionar o particular com o universal. O exemplo da tradição indígena veio à tona: entre os índios, não se olha para o futuro porque ele não existe, olha-se para a necessidade do momento. Para isso, traz-se o passado, ressignifica-se o passado e, a partir daí, atualiza-se a memória.

PERGUNTA 2

Em que medida a perspectiva da intersetorialidade tem contribuído para a mudança de paradigmas de ação social?

RESPOSTA

A intersetorialidade tem contribuído para a mudança de paradigmas na ação social a partir das seguintes premissas:

- Ao viabilizar soluções para questões complexas, por meio da conjunção de diversos interesses (de diversos atores sociais);
- Ao reconhecer que a esfera de interesse público (ou a ação pública) não é exclusividade do governo;
- Ao colocar os diferentes atores em interação, gerando novas perspectivas e quebrando os limites da ação isolada ou pulverizada de atores da sociedade (governos, empresas, organizações sociais, academia, etc.);
- Ao contribuir para a construção de novos paradigmas de governança e de modelos de gestão compartilhados e de caráter complementar entre atores com saberes, potenciais, experiências, fragilidades, limites e possibilidades distintos;
- Ao provocar novas posturas institucionais, estimulando posicionamentos mais flexíveis para poder reconhecer os interesses e valores de outros atores sociais.

O conjunto de reflexões sobre o conceito e a prática da intersetorialidade foi tão importante quanto os apontamentos sobre suas contribuições e avanços para a incidência nas políticas públicas, a conquista de direitos e a mudança de paradigmas da ação social.

Em relação às políticas públicas e à garantia de direitos, os participantes destacaram que a articulação de diversos atores permite uma compreensão mais apurada dos problemas,



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

em toda a sua complexidade, influenciando a formulação de políticas públicas mais abrangentes e mais adequadas às realidades do país e que de fato correspondem às demandas efetivas da sociedade. Essa relação também ressignifica os papéis do público e privado, influenciando marcos legais e a criação de espaços democráticos, como conselhos.

Alguns dos impactos da intersetorialidade identificados na ação social das organizações foram a construção de uma prática menos fragmentada e mais articulada a partir de várias demandas, o aprimoramento dos modelos de gestão e o empoderamento individual e coletivo na articulação para a resolução de problemas. De acordo com os participantes, a intersetorialidade permite viabilizar soluções para questões complexas, a partir da conjunção de diversos interesses, o que desloca a figura outrora existente de um único ator responsável por resolver todos os problemas sociais. Isso implica o reconhecimento de que a ação social não é só função do poder público ou responsabilidade das organizações da sociedade civil.

Além disso, a intersetorialidade, ao colocar entes diferentes em relação e desafiar o senso comum, gera novas perspectivas, o que favorece a inovação social. Para os diversos atores envolvidos, a intersetorialidade implica também novas posturas. As instituições sociais estão quebrando preconceitos em relação a outros setores e reconhecendo que não são donas da verdade. O governo, por sua vez, tem reconhecido nas ONGs a figura de parceiro qualificado. Por fim, as empresas têm se colocado, cada vez mais, como atores que possuem um papel social. O intenso diálogo e o processo de discussão, com a perspectiva de análise do problema a partir da visão do outro, foram apontados como importantes contribuições da intersetorialidade.

PERGUNTA 3

Em que espaços e questões sociais a cooperação intersetorial tem feito mais diferença?

RESPOSTA

Em relação às questões sociais para as quais a intersetorialidade mais tem contribuído, identificamos que algumas foram citadas por todos os grupos, ou quase todos os grupos, como educação, criança e adolescente, cultura, meio ambiente, assistência social e saúde pública. Outras foram citadas com menor frequência, ou por seu caráter mais específico, ou por guardarem relação mais próxima com os problemas sociais mais urgentes em cada região. Neste sentido, foram citadas as causas das minorias sociais, economia solidária (economia criativa), educação profissional, trabalho escravo, trabalho infantil, segurança pública (Salvador), convivência com a região do semiárido (Pernambuco) e livro e leitura (Recife e Salvador).

A intersectorialidade existe?

Uma das primeiras questões que emergiram no debate foi em relação ao significado e à conceituação de intersectorialidade. Com maior ou menor ênfase, em cada um dos subgrupos e de pessoa para pessoa, a reflexão foi entrecortada por três questionamentos:

- O conceito de intersectorialidade em si;
- O grau de preparo e maturidade dos setores para entender e praticar com autonomia e legitimidade a intersectorialidade;
- Se tanto o conceito de intersectorialidade quanto o próprio conceito de trisectorialidade – Estado, sociedade civil e mercado – têm sido aplicados.

PERGUNTA 4

Até que ponto a experiência da intersectorialidade tem significado mudanças no interior das instituições que a vivenciam?

A pergunta foi respondida com o apontamento de uma série de aspectos de mudança, conforme descrito a seguir.

RESPOSTA

Mudanças na gestão e processos internos

- Práticas;
- Políticas internas;
- Prioridades;
- Desenvolvimento institucional;
- Capacidade técnica e profissionalizante.

Mudanças nos relacionamentos externos e governança

- Sinergia entre atores;
- Cultura de relacionamento;
- Trocas e colaboração.

Mobilização de recursos

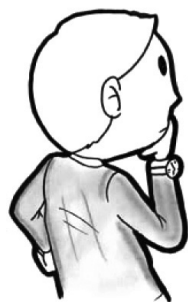
- Mobilização de recursos financeiros;
- Mobilização de recursos pedagógicos;
- Mobilização de pessoas;
- Autonomia.

Comunicação externa

- Visibilidade;
- Transparência.

Valores

- Mudança de paradigmas;
- Nova postura;
- Pensar coletivamente.



WWW.MOOBR.COM

Para as organizações presentes no grupo, as parcerias intersetoriais potencializam as relações entre os atores e também os resultados das ações sociais. Há um realinhamento de paradigmas, maior transparência e visibilidade do trabalho, ampliação e atenção da comunicação (tanto interpessoal quanto institucional) e autonomia individual e coletiva. Outras vantagens das parcerias são ajudar as instituições a mudar sua cultura de relacionamento, a sua visão estratégica, suas práticas de gestão e de investimento compartilhado e a capacidade de negociação e desenvolvimento de articulação de aspectos mais amplos e estratégicos. Além disso, a intersetorialidade melhora o desenvolvimento institucional e leva os atores envolvidos a adotar uma nova postura, marcada pela revisão de seus próprios valores. Esta mudança foi avaliada como necessária para alavancar os processos de troca e colaboração.

O grupo observou, ainda, que a intersetorialidade colabora para que as organizações ampliem suas ações de incidência política, avançando na luta pelos direitos trabalhistas e nas estratégias para angariar recursos. Foi citada também a contribuição para a formação dos educadores, proporcionando educação de qualidade, consciência crítica e participação na resolução de problemas.

PERGUNTA 5

Quais têm sido os aprendizados e lições mais importantes da vivência de relações de cooperação interinstitucional?

Um poema produzido pelo grupo sintetizou o debate:

RESPOSTA

O alvo da intersetorialidade

*Ser intersetorial é um desafio
difícil de ser feito
pressupõe termos escuta
aprendizado e respeito*

Estar junto é difícil!

*Tem que se organizar
aprender o ser político
conviver, compartilhar*

*Forjar as habilidades
descobrir o horizonte
onde a sustentabilidade
pode ser a nossa ponte*

*Ponte para o futuro
uma outra relação
dos atores sociais
rumo à nova comunicação*



O grupo concluiu que os aprendizados gerados a partir dos processos intersetoriais têm sido grandes. Um deles é o reconhecimento de que é necessário produzir consenso e gerenciar conflitos, respeitando a postura política de cada ator. Há ainda o reconhecimento de que o diálogo é possível e necessário, assim como é possível o fortalecimento mútuo na relação com o outro.

Os participantes apontaram que a intersetorialidade traz a necessidade de que sejam criados e reconhecidos novos fóruns de debate, novas institucionalidades e novas esferas públicas. Fundamental para que as relações intersetoriais sejam pujantes é respeitar os direitos, princípios e valores internos, incorporar os valores e levar em consideração os interesses dos parceiros, investir na construção coletiva, reconhecendo a incapacidade



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

dade de resolver os problemas sem parcerias. É preciso estar aberto no processo para refletir sobre novas formas de organização e sustentabilidade e perspectivas de novas articulações para novas institucionalidades.

Outras questões indicadas como lições e aprendizados foram a quebra da resistência ao outro, com maior tolerância para escuta, o adensamento do diálogo e o fortalecimento dos processos democráticos de forma coletiva. Há ainda o desafio de lidar com as diferenças de forma amadurecida, encarando o campo político do conflito, o debate.

Além disso, os participantes disseram ter aprendido a importância de aprimorar suas performances em espaços públicos, bem como de adquirir e desenvolver habilidades e maior profissionalização para estar e atuar nos espaços de participação social. Por fim, foi apontada a necessidade de ter um mapeamento de experiências exitosas de intersectorialidade.

Ao final do primeiro dia de reflexões, Armani fez uma provocação aos participantes, afirmando que toda discussão sobre intersectorialidade passa pelos conceitos de democracia e capitalismo. “Estamos falando de entes que não são puros”, ressaltou o especialista. Segundo ele, ninguém busca a intersectorialidade por altruísmo: enquanto o Estado quer se livrar de responsabilidades para diminuir custos, o setor privado busca legitimação. “É o desafio do ambiente competitivo do capitalismo no mundo.” Para enfrentá-lo, buscam-se atores sociais. A solução é legítima, mas é realizada segundo os interesses de cada setor. As ONGs, por exemplo, buscam recursos financeiros e credibilidade, abrindo-se para a intersectorialidade para pressionar o Estado por direitos. “Para termos avanços, precisamos ampliar as alianças políticas e sociais. O Brasil muda, muda, muda e não sai da praia. Há que mudar a estratégia”, provocou.

Em resposta à provocação, os grupos apontaram que a solução dos problemas brasileiros não é técnica. O Estado procura as ONGs para transferir responsabilidades, mas também as procura para a realização de ações que de fato não é capaz de realizar. Por outro lado, a sociedade pressiona a área social para que certas ações possam ser mais adequadas.

O grupo retomou a questão da falta de solidez nos espaços ditos intersectoriais, argumentando que eles não apontam para mudanças concretas. “Há transparência nos balancetes? Há visibilidade pública de orçamento? A gente não conseguiu avançar em orçamento participativo em nível de Estado. No plano federal, menos ainda. Mesmo os conselhos deliberativos definem sobre 2,5% do orçamento. Não está acontecendo intersectorialidade. Há experiências pontuais, em alguns casos específicos, mas não tem essa utopia toda”, atestaram os participantes.

Perspectivas – perguntas e respostas

No segundo dia de trabalho, após apresentar ao grupo uma síntese da discussão do dia anterior, o facilitador Judi Cavalcante propôs a única pergunta a ser debatida pelos subgrupos:

Quais são os desafios da cooperação intersetorial nos próximos anos?

Os participantes mostraram dificuldade em responder à pergunta, levantando novos questionamentos: “É possível haver cooperação intersetorial? Por que existem poucas experiências de intersectorialidade?” A resposta a estas questões esbarrou na dificuldade em entender quais são os papéis dos setores (Estado, empresas e sociedade civil), muitas vezes invertidos.

Para que haja de fato relação intersetorial, cada um dos setores deve resguardar sua identidade e posicionamento político. Neste sentido, é fundamental lidar com as diferenças dos atores sociais a partir do amadurecimento do campo político de conflito, do debate e da discussão. “Não podemos ter a ingenuidade de achar que as contradições sociais serão diminuídas apenas pelo fenômeno da intersectorialidade. Nas relações setoriais, temos geralmente os três setores e as ONGs são o elo mais fraco. Como construir essas relações para gerar autonomia e ‘empoderar’ a sociedade civil, e não ampliar a apropriação desta pelos dois setores? Como dar força a um marco regulatório que fortaleça essa autonomia?”, questionou-se.

Viviane Mosé², psicóloga e psicanalista convidada pelo Instituto C&A para inspirar os participantes sobre perspectivas da educação, esteve com o grupo no segundo dia de reflexões. Ela chamou atenção para o papel da internet nas dinâmicas de intersectorialidade. Não podemos pensá-la como um espaço físico, afirmou, mas como um meio que permite o surgimento de novas relações.



(2) Viviane Mosé é psicóloga e psicanalista, especialista em elaboração e implementação de políticas públicas pela Universidade Federal do Espírito Santo. É mestra e doutora em filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

E agora?

No encerramento dos trabalhos, o grupo fez uma avaliação dos dois dias de debates. A conexão, entendida tanto do ponto de vista tecnológico quanto das relações interpessoais, foi apontada como pressuposto fundamental de um novo paradigma. Há que se entender que o mundo está em transição e que é preciso construir e consolidar a identidade das organizações em conjunto com outros parceiros, ainda que nesta relação haja estranhamento, conflito e contradições.

Que postura deve-se adotar, por exemplo, quando se trabalha com escolas municipais cuja gestão à frente das prefeituras é comprometida com princípios que não são os seus? Deixar de trabalhar com as crianças? Foi dito que muitas vezes uma parceria aparentemente inviável pode ter um resultado interessante se o foco é o público que se precisa atingir.

Neste mesmo sentido, foi apontado que não existe um papel único e verdadeiro das instituições. O mundo em transição exige a definição de identidades e papéis, mas este nunca será um processo exaustivo e não significa a negação dos princípios, da história e dos valores das instituições. Há adaptações que podem ser feitas para alcançar o objetivo original da causa defendida.

Outra reflexão que surgiu durante a avaliação foi de que o termo ONG é muito restrito para identificar um conjunto de redes, associações, movimentos e organizações de base que compõem a sociedade civil organizada. Foi citado que mesmo a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais³ (Abong) está adotando uma nova forma de se posicionar na sociedade, buscando ampliar este escopo.

Os participantes lembraram, ainda, que as organizações sociais atuam na perspectiva da realização dos direitos, mas que as leis e as políticas públicas têm como princípio a universalidade. Neste sentido, não só é preciso ampliar o escopo da ação social para a implementação de leis e políticas, como também pressionar para que haja instâncias mediadoras, como os conselhos.

Sobre o tema que inspirou as atividades do grupo, os participantes concordaram que as reflexões realizadas durante o encontro reafirmaram a importância de debater intersetorialidade e de compreender como as organizações se colocam em parcerias e estabelecem esforços comuns. A motivação para realizar parcerias é grande e o momento é de encorajamento e fortalecimento das organizações sociais.

(3) Fundada em 1991, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Participantes

Este texto é resultado das discussões do grupo de reflexão “O desafio da intersetorialidade”, do qual participaram as seguintes pessoas:

Alais Ávila, Instituto C&A, Barueri (SP)

Alana da Silva Almeida, Centro Comunitário São Sebastião de Vila de Cava (Cecom), Nova Iguaçu (RJ)

Alexandre Bárbara Soares, Associação Brasileira Terra dos Homens, Rio de Janeiro (RJ)

Ana Maria Warken do Vale Pereira, Instituto Voluntário em Ação (IVA), Florianópolis (SC)

Ana Cristina Trindade de Queirós, Ação Empresarial pela Cidadania, Recife (PE)

Ana Paula Bernardes, consultora do Instituto C&A, Brasília (DF)

Artur Eduardo Monteiro de Barros, Casa de Ensaio, Campo Grande (MS)

Avamar Pantoja, Conselho Comunitário Parque Colúmbia, Rio de Janeiro (RJ)

Carla Sattler, Instituto C&A, Brasília (DF)

Carolina de Andrade, Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), Santa Catarina (SC)

Cleyson Santos Oliveira, ONG Projeto do Bem-Estar Comunitário (PBEC), Fortaleza (CE)

Daniel Munduruku, Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi), São Paulo (SP)

Daniel Pereira da Silva, Movimento Cultural Boca do Lixo, Olinda (PE)

Daniel Raviolo, ONG Comunicação e Cultura, Fortaleza (CE)

Daniele Regina de Moura Costa, Fundação Heydenreich, Taboão da Serra (SP)

Espedito Brito da Silva, Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), Serra Talhada (PE)

Fábio Matias Souza, Associação Ideologia Calabar, Salvador (BA)

Giuseppina Rabbiose, Casa do Sol Padre Luís Lintner, Salvador (BA)

Jorge Luís da Silva, Associação Maria Flos Carmeli, São Paulo (SP)

Liliane da Costa Nascimento, V2V.com, Rio de Janeiro (RJ)

Liliane Gnocchi da Costa Reis, consultora do Instituto C&A, Teresina (PI)

Lucia Helena Moraes Mendes, Obra Social da Paróquia Santa Cruz de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)

Luciana Costa, Secretaria Municipal de Educação (SME) de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Luís Alfredo Lima, Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE/MA), São Luís (MA)

Luís Claudio Mattos, International Service, Recife (PE)

Márcia Cavalcante, Centro de Integração de Redes Sociais e Culturas Locais (Cirandar), Porto Alegre (RS)

Maria das Graças de Paula, Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente do Cabana, Belo Horizonte (MG)

Marisa Petrikouski, Recanto Feliz Santa Úrsula, Curitiba (PR)

Reginaldo Marques Pereira, Clube de Idosos Unidos Venceremos, Recife (PE)

Rubén Oscar Pecchio Vergara, Aliança Interage, Recife (PE)

Vanessa Machado dos Santos, Associação de Moradores de Rancho Fundo, Nova Iguaçu (RJ)